



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0012763-72.2009.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Hans Jurgen Kestenbach e outro**
 Requerido: **Alvimar Antonio Darezzo e outros**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

Os autores subvertem o objetivo dos embargos declaratórios, almejando não a superação de algum vício do ato judicial, dentre as hipóteses reguladas no artigo 535 do Código de Processo Civil, pois pretendem mesmo a revisão da decisão. E assim se percebe pois buscam corrigir um suposto "equívoco", para o que devem trilhar o caminho processual recursal adequado. De todo modo, afigura-se contraditória a tese adotada, pois evidenciado nos autos que o Sr. Oficial do Registro de Imóveis foi incluído na relação processual como parte, tanto que pediram sua citação (fls. 55). E a decisão proferida o excluiu do litígio, sem deixar qualquer dúvida a respeito. E se os autores entendem que era litisconsorte necessário (fls. 297), obviamente não foi a conclusão tirada por este juízo, como resulta claro da fundamentação do ato decisório. Muito menos é possível compreender qual seria a intenção deles, autores, de indicarem *apenas como litisconsorte necessário à apuração do fato* (textual, fls. 297), igualmente contraditório pois quem figura como parte numa relação processual enfrenta os pedidos contra si deduzidos, dentre eles, no caso concreto, pretensão indenizatória por danos materiais e morais, e não a mera *apuração do fato*.

Conclusivamente, rejeito os embargos declaratórios.

Int.

São Carlos, 24 de outubro de 2013.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA